

EDITORIAL

Estamos iniciando a Campanha de Renovação do Acordo Coletivo de Trabalho que terá um valor histórico para todos nós eletricitários. Além de recuperar as perdas salariais, lutar por melhores condições de trabalho e por saúde e segurança, dentre tantas outras causas importantíssimas, esse ano precisamos retomar o respeito da Cemig por nós, trabalhadores.

Vários fatos mostram que a empresa perdeu completamente o respeito e a decência na relação com os eletricitários. As agressões aos diretores eleitos para representar os trabalhadores, o impedimento das reuniões, a perseguição aos representantes sindicais, são a face visível da truculência da diretoria da empresa. Por trás do ataque ao Sindieletro e seus diretores, se esconde um ataque muito maior aos trabalhadores e trabalhadoras da Cemig. Sem uma representação sindical forte e respeitada, os eletricitários se tornariam reféns de uma diretoria sem o menor compromisso com os empregados da empresa.

Essa tentativa de enfraquecer os trabalhadores para aprovar medidas que só visam o lucro dos acionistas pode ser traduzida no confuso processo de compra do anuênio, na obscura avaliação de desempenho e, mais recentemente, na aprovação “goela abaixo” do Subprograma Odontológico.

Só essa força coletiva irá garantir todas as outras conquistas: Participação nos Resultados que faça jus ao aumento pago aos acionistas (elevação de 100%), aumento real, justiça no PCR, um plano odontológico que atenda as expectativas dos trabalhadores e a redução dos lastimáveis acidentes de trabalho, reivindicações fundamentais para a qualidade de vida dos eletricitários.

Nos últimos anos a direção da Cemig tem intensificado a negociação individual, numa tentativa clara de descartar a representação sindical para enfraquecer os trabalhadores. Portanto, o tema mais relevante a ser discutido com a categoria nesta Campanha de Renovação do ACT é a importância da ação coletiva e da organização dos trabalhadores.

O aumento real, a participação maior na PR, um auxílio-educação melhor ou o fim de escalas de trabalho só serão conquistados através da união dos trabalhadores em torno de um sindicato forte e vivo.

A Cemig continuará fazendo o papel que lhe cabe: colocando grades, impedindo reuniões setoriais, processando diretores, dificultando o acesso do sindicato aos trabalhadores e criando barreiras para que você receba o nosso jornal. Enfim, colocando “muros” para dificultar a organização dos eletricitários.

A nós trabalhadores cabe construir pontes que ultrapassem essas barreiras. Essa ponte é a própria ação coletiva, a organização da categoria e o fortalecimento do Sindieletro, que representa as aspirações e lutas de todos nós.

Diretoria do Sindieletro

OLHA NOS AÍ DE NOVO



SINDIELETO-MG
Filiado à **CUT**

CAMPANHA DE RENOVAÇÃO DO ACT 2006/2007

“A força está com quem resiste!”

A história da luta dos trabalhadores da Cemig é também a história do Sindieletro, fundado em 1951. Em 1964, o sindicato atraiu a atenção dos militares, que destituíram a diretoria eleita, e compuseram uma Junta Governativa Provisória. Porém, o sindicato resistiu e, com coragem, participou das lutas pela volta da democracia.

Na década de 70, a mobilização evitou as demissões em massa na Companhia Força e Luz, incorporada pela Cemig. O período também marca a expressiva presença da primeira mulher na diretoria do Sindieletro, Maria Felícia Macedo.

Já os anos 80 tiveram as greves que conquistaram o Adicional de Periculosidade. A oposição sindical assumiu a direção em 1987 e o Sindieletro filia à Central Única dos Trabalhadores. “O sindicato avançou com o entendimento de que o trabalhador não só trabalha. Ele também vive, mora, tem problemas de saúde, de educação e se envolve com múltiplas questões do cotidiano, com o meio-ambiente, com a realidade social e subjetiva”, avalia Ênio Dutra, ex-coordenador do Sindieletro.

Nos anos 90, o sindicato conquistou eleição direta para representante dos trabalhadores na Forluz. A onda neoliberal das privatizações cresce no país. Em 1991, o Congresso dos Eletricitários abraça as lutas por unificação, contra a privatização e em defesa da empresa pública, saúde e segu-

rança, gestão democrática na Forluz e contra demissões de diretores. Em 1993, começam a ser implantadas as Regionais do Sindieletro, fortalecendo a atuação sindical. Em abril de 1996, o Congresso de Unificação aprova a fusão do Sindieletro com o Sindelt (Sindicato dos Eletricitários do Triângulo). Em 1995, a categoria realiza greve pela PR, acompanhada pela histórica greve de fome dos dirigentes do Sindieletro. A indicação de Marcelo Correia como representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Cemig, em 1999, garantiu aos trabalhadores mais espaço numa das principais empresas estatais de Minas Gerais.

Nos anos 90, o sindicato conquistou eleição direta para representante dos trabalhadores na Forluz. A onda neoliberal das privatizações cresce no país. Em 1991, o Congresso dos Eletricitários abraça as lutas por unificação, contra a privatização e em defesa da empresa pública, saúde e segu-

Trabalhadores organizados impedem privatização da Cemig

O século XXI começa com toda a energia dos trabalhadores na luta contra a privatização da Cemig. “Essa não foi uma luta isolada. Quando o Sindieletro defende o patrimônio público, está, na verdade, ajudando a construir um projeto popular para o Brasil”, afirma Ênio. Neste momento, o Brasil passava por uma crise energética. Para esclarecer a população sobre as causas do apagão, o Sindieletro promoveu debates públicos no Estado.

“O Sindicato tem a força de unir a ação sindical à tarefa

de colocar o trabalhador numa relação com a vida e com os movimentos sociais”, avalia Ênio. O ex-coordenador cita como exemplo da luta que vai além das questões corporativas, a Campanha pela Redução da Tarifa de Energia lançada pelo Sindieletro e encampada por outros sindicatos e movimentos sociais.

Também foi forte e vitorioso o debate sobre a desverticalização da Cemig, que impediu prejuízos para a categoria, com ACT único para a holding Cemig – Distribuição, Geração

e Transmissão, e Gasmig. Estas e muitas outras lutas só foram possíveis a partir da organização dos trabalhadores.

Segundo Lúcio Parrela, diretor de Formação do Sindieletro, a categoria precisa refletir sobre o que quer daqui pra frente. “Estamos diante de uma conjuntura política complicada no Estado, o que exige maior participação e organização da nossa categoria. A luta por avanços e mesmo a manutenção de conquistas passam, necessariamente, por um maior envolvimento dos eletricitários”.



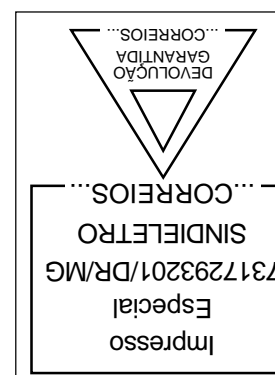
Vela gigante mostra vigilância contra apagão e corrupção

Resistência

Lúcio destacou a capacidade de resistência do Sindieletro diante do modelo de gestão neoliberal implantado no país na era FHC e que se perpetua no governo de Minas. “As empresas e estruturas de governo que seguem este modelo atacam as organizações sindicais de forma cada vez mais agressiva. Mesmo assim, o Sindieletro mantém uma estrutura forte e uma relação de proximidade com a categoria. Conseguimos alimentar o sonho de um sindicalismo livre

e democrático, que luta efetivamente pela construção de uma sociedade melhor”, avalia.

Para Ênio, a resistência vem antes do poder. “Não dá para esperar dos outros. A força está com quem resiste. Eles tentam nos enganar com migalhas. Mas o pouco que eles nos oferecem é apenas uma reação à nossa resistência. Por isso, para avançar nas conquistas, não podemos ter medo, porque é a força da nossa organização que vai transformar este mundo”, destaca o ex-coordenador do Sindieletro.



Cemig desrespeita Constituição e ACT ao adotar 6X3 e horário diferenciado

Além da necessidade de salários dignos, o início da organização dos eletricitários com a criação do Sindieleto foi também motivada pela conscientização da categoria de que era preciso união e força para combater as péssimas condições de trabalho e de saúde e segurança. Naquela época, não havia CIPAS, o número de acidentes graves e fatais na rede elétrica era absurdo e faltava treinamento e equipamentos de segurança para os eletricitistas que, além disso, tinham que cumprir uma jornada superior a 8 horas diárias, sem direito a hora extra.

Ao longo do tempo a categoria conquistou melhores condições de trabalho, o que não

quer dizer que não existam muitos desafios pela frente. Um exemplo disso é a conquista do turno ininterrupto de revezamento com jornada de seis horas (cláusula 35ª, do ACT 1989/1990) em escalas alternativas 5X3, 5X5 e 5X4, desrespeitada pela Cemig em vários locais, com adoção da escala 6X3 e do horário diferenciado. A Constituição Federal, artigo 7º, inciso XIV, também estabelece o turno de revezamento em seis horas e só permite mudanças com negociação entre trabalhadores e empresa.

“A escala 6X3 e o horário diferenciado estão sendo impostos pela Cemig desde 1997 para a redução de custos, em função

Foto: Benedito Maia/Arquivo



Acidente com caminhão da Hertz Empreiteira, em 2001

Avançar com a apuração de acidentes com terceirizados

No ACT 1991/92 os eletricitários conquistaram a garantia de participação do sindicato em comissão de análise de acidente grave ou fatal com trabalhador da Cemig, mas é preciso avançar neste ponto, assegurando também o direito de participar de apuração de acidentes com empregados terceirizados. Lúcio Guterres, diretor do Sindieleto e presidente da CUT/MG, destaca que a principal luta da categoria foi pela primarização das atividades-fim, mas, com a insistência da Cemig em man-

ter as terceirizações, a alternativa foi lutar também pela saúde e segurança dos terceirizados.

“Nós nos preocupamos muito com as terceirizações. Há muita cobrança por produtividade, a rotatividade de pessoal é alta e falta treinamento e salários dignos, tornando os trabalhadores terceirizados um grupo muito vulnerável a acidentes”, afirma. Guterres destaca que, segundo a Fundação Coge, para cada acidente fatal no setor elétrico, três acontecem com trabalhadores terceirizados.



Foto: Benedito Maia/Arquivo

Fim da escala 6X3 ainda é desafio para eletricitários

da falta de pessoal no quadro próprio, quando a Cemig se preparava para a privatização. A empresa implantou vários PDIs, demitindo milhares de trabalhadores, e aumentou as terceirizações das atividades-fim”, lembra o diretor do Sindieleto, Carlos Alberto de Almeida (Gonzaguinha). Ele avalia que a 6X3 obriga eletricitistas a trabalhar 150 horas a mais por ano,

sem receber um centavo extra. “Desde a mudança do horário, os acidentes com trabalhadores da Cemig e terceirizados bateram sucessivos recordes”, lamentou.

Para o diretor, a mudança unilateral do horário é totalmente ilegal, podendo a Cemig responder a ações na Justiça e sofrer autuações da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

CIPA deve atender demandas da categoria e não da empresa

Desde o Acordo Coletivo de 1998, os membros das CIPAS na Cemig têm direito a quatro horas semanais para reuniões. As reivindicações da categoria são para que o mandato dos cipistas seja estendido para dois anos e que o Sindieleto participe de cursos preparatórios sobre CIPAS. Para o diretor de Saúde e Segurança do sindicato, Jairo Nogueira Filho, a liberação para reuniões foi muito importante para os eletricitários, mas é preciso que a Cemig garanta autonomia para que os representantes dos trabalhadores atendam as necessidades da base.

“A empresa demanda atividades não relacionadas

às funções da CIPA, sobrando pouco tempo para tratar assuntos de interesse da saúde e segurança dos trabalhadores”, enfatiza. Para Jairo, nas horas garantidas em acordo, os cipeiros devem discutir ações para as CIPAS e estudar programas de Prevenção de Riscos Ambientais e de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

O diretor avalia que com a ampliação do mandato e a participação do Sindieleto em cursos, os representantes dos trabalhadores terão mais tempo para atuar e qualificação para cumprir os seus objetivos e analisar o desempenho das campanhas desenvolvidas pela empresa.



Foto: Charles Duarte/Arquivo

Maurílio Chaves, Celso Amarante, Lúcio Guterres e Diniz Santana na greve de fome pela PR

A mobilização eletricitária faz a história das conquistas econômicas

A vocação para a mobilização e a organização levou os eletricitários às conquistas econômicas nos Acordos Coletivos de Trabalho. Nos anos 70, quando a Companhia Força e Luz e seu quadro de pessoal foram transferidos para a Cemig, a destemida luta dos trabalhadores evitou as demissões em massa e garantiu o pagamento da Maria Rosa para toda a categoria. Com a organização liderada pelo Sindieleto e a intervenção da Justiça do Trabalho, a Maria Rosa se transformou num direito de todos os trabalhadores.

O anuênio de 1% do salário-base para cada ano trabalhado, limitado a 35%, também foi conquista da luta organizada pelo sindicato no ACT de 1984. Em 1985, após forte luta nacional, reforçada pelos eletricitários mineiros, foi aprovado o Adicional de Periculosidade para atividades de risco referente a 30% do salário-base. Até en-

tão o Adicional representava apenas 12% do salário. O ex-coordenador do Sindieleto, Maurílio Chaves, destaca que o ideal é “eliminar todo o risco do trabalho do eletricitário, já que a vida do trabalhador não dá duas safras, mas a conquista deste Adicional ajudou na compensação do trabalho”.

Na Campanha para a renovação do ACT de 1995, durante a greve pela Participação nos Resultados, Maurílio Chaves, e os diretores Lúcio Guterres, Celso Amarante e Diniz Santana iniciaram uma greve de fome. O protesto no hall da sede durou sete dias e foi um exemplo de engajamento para a categoria. “Se a direção da empresa não sinalizasse um acordo, manteríamos o movimento e nem a categoria nos convenceria a interromper a greve”, relembra, Celso Amarante, que hoje trabalha na Usina de Igarapé.

Na opinião do ex-diretor, a luta valeu a pena, já que deu visibilidade nacional ao movimento e no ano seguinte a Cemig

Luta pela democratização da Forluz

Foto: Benedito Maia/Arquivo



Paralisação dos eletricitários na Praça da Cemig cobrou definição do novo Plano de Saúde

A Forluz, criada em 1972, passou a contar com a participação dos trabalhadores na sua gestão pouco a pouco. Na época, a categoria não tinha nenhum representante na Fundação e as decisões eram tomadas unicamente pela direção da Cemig. No início dos anos 80, a mobilização dos trabalhadores fez com que um representante fosse indicado pela própria empresa.

Mas a defesa do Sindieleto sempre foi a de os próprios trabalhadores escolherem seu representante. Isso foi possível com a gestão cutista do sindicato, que encampou a luta pelo aumento do número de conselheiros.

A participação democrática da categoria na Forluz foi consolidada em 1994, com a garantia em ACT de eleição direta dos representantes. Já em 2001, quando a legislação do setor de fundos de pensão mudou, os participantes já tinham conquistado dois representantes no Conselho Fiscal, seis no Deliberativo e o diretor de Relação com os Participantes.

Também foi conquistada paridade no Plano B e dois terços dos votos para mudança de estatuto da Forluz. Mesmo que a Cemig continue tendo um peso grande em todas as decisões, a categoria já entende a importância de seus representantes na Forluz. Prova disso é que as eleições para conselheiros e DRP sempre contam com expressiva participação da categoria.

Atualmente, a Forluz é considerada o maior fundo de pensão do estado e o 9º entre os associados à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp). Em dezembro de 2005, os ativos da fundação atingiram R\$ 4,91 bilhões. Tudo isso é destinado ao pagamento de benefícios.

Luta pela saúde

A maior negociação em torno do Plano de Saúde se deu em 1991, quando foi criado o Prosaúde, que cobria somente internações e cirurgias. Em 2002, houve nova negociação para unir o Prosaúde ao pequeno risco, que era operado através do sistema de tetos pagos pela Cemig. O novo PSI foi implantado em janeiro de 2003 e os trabalhadores passaram a ter ampla cobertura médica além do que

previa a legislação. Os trabalhadores também passaram a ter representação paritária no conselho administrativo do Plano.

Nesta época, a Cemig apresentou uma proposta que não estava de acordo com as expectativas da categoria. Os pontos mais discordantes eram a internação em enfermarias e a exclusão de futuros aposentados e dependentes especiais, além de coberturas restritas e pagamento por usuário.

Com as negociações, o plano foi melhorando, conferindo maior transparência em suas decisões administrativas e adequação à legislação vigente. A mobilização também garantiu a ampliação das coberturas, o direito de atendimento médico dos futuros aposentados e teto de reembolso igual ao restante da categoria.

Foto: Aloisio Lopes/Arquivo



Primeira eleição para Conselho de Curadores da Forluz, em 1993